

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE**
2 **FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – ABRIL/2015**

3 Aos dois dias do mês de abril do ano de 2015, na sala 420 da unidade provisória da
4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo,
5 realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às
7 nove horas e quarenta e oito minutos, após assinatura da lista de presença pelos
8 membros (anexa). Prof. Daniel V. abriu os trabalhos declarando que a reunião seria
9 iniciada pela ordem do dia e que os informes ficariam para o final, pedindo aos
10 presentes que fossem sucintos, uma vez que a maioria dos pontos da pauta é de fácil
11 condução. Prof.^a Liana de Paula, chefe do Departamento de Ciências Sociais,
12 apresentou uma questão de ordem e solicitou que o quinto ponto da pauta, que trata da
13 homologação das novas coordenações de cursos, fosse invertido com o segundo, para
14 facilitar a participação do Prof. Diego Ambrosini à reunião. Prof. Daniel V. disse ser
15 possível a alteração. O primeiro ponto da pauta: **Aprovação da ata da reunião**
16 **ordinária do mês de março**, foi aprovada com duas abstenções. Seguindo a sugestão
17 da Prof.^a Liana, passou-se ao quinto ponto da pauta: **Homologação das novas**
18 **coordenações de curso do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na**
19 **Infância e na Adolescência/Graduação em Ciências Sociais**: Prof. Daniel V.
20 informou que foram eleitas as Prof.^{as} Rosario Silvana Genta Lugli como coordenadora
21 e Claudia Lemos Vóvio como vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
22 Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, bem como os Profs. Diego Rafael
23 Ambrosini como coordenador e José Carlos Gomes da Silva como vice-coordenador do
24 curso de Graduação em Ciências Sociais. Ambas as homologações foram aprovadas
25 por unanimidade e Prof. Daniel V. desejou boa sorte e bom trabalho aos novos
26 coordenadores. O terceiro ponto da pauta: **Sugestões à Minuta de Resolução para**
27 **Promoção para Classe D – Professor Associado**. Prof. Daniel V. declarou que, por
28 intervenção da direção acadêmica, o debate foi adiado na última reunião do Consu, mas
29 já consta na pauta da próxima reunião. Disse, ainda, que foram enviadas sugestões e
30 considerações por parte dos Departamentos de Ciências Sociais, Educação e Letras e
31 também da Prof.^a Ana Nemi, referente ao papel da CPPD – tais considerações serão
32 compiladas e enviadas por escrito à Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas. Prof.^a Ana
33 Nemi, com a palavra, disse que gostaria de acrescentar uma sugestão, pois se atentou
34 para um ponto depois de ouvir observações dos colegas de São José dos Campos que
35 parecem procedentes e deveriam ser apoiadas pela Congregação: uma delas é destacar,
36 nas disposições finais, no parágrafo único do artigo 16, que “a progressão dar-se-á a
37 partir do cumprimento do interstício com imediato pagamento retroativo”; essa
38 proposta, vinda de São José dos Campos e também da Adunifesp, é importante e
39 deveria ser incorporada às nossas sugestões para ser levada ao Consu. A Adunifesp
40 também propôs que fosse retirado do texto das disposições finais, no artigo 15, que as
41 solicitações de promoções poderão ser protocolizadas até 60 dias antes do
42 cumprimento do interstício – isso porque se o professor tem, por exemplo, a data de 03

43 de setembro como data correta, ele tem direito a entregar sua solicitação nesse dia e
44 depois de feitos todos os trâmites receber o pagamento retroativo. Ressalta que o
45 pedido dos 60 dias acompanha uma solicitação da CPPD para progressão que é dentro
46 da mesma classe, mas como a Unifesp não paga retroativamente, então dá-se ao
47 professor o direito de pedir antes para que ele não corra o risco de perder tempo; se,
48 entretanto, colocarmos a observação de que deve ser com imediato pagamento
49 retroativo os 60 dias não são necessários – é algo para se discutir, mas parece que a tese
50 da Adunifesp está correta nesse caso, pois para o docente Associado já se paga
51 retroativo, independentemente dessa Resolução; para as outras progressões mantém-se
52 por conta de não se pagar retroativo. Prof.^a Ana Nemi disse ainda que mantém as
53 observações que enviou sobre a CPPD, de que esta não precisa dividir as funções com
54 a Comissão que irá julgar se o professor será associado – isso seria uma sobreposição
55 de funções, julgar é função da comissão; o professor que for candidato a Associado só
56 recorre à CPPD se for denegado, usando seu direito de recorrer. Prof.^a Ana Nemi
57 seguiu dizendo que, com relação à distribuição dos pontos, há várias propostas, mas ela
58 defende 25 pontos para atividades de ensino na graduação e pós-graduação, 25 pontos
59 para atividades de produção intelectual, 25 pontos para atividades de extensão e 25
60 pontos para atividades de gestão, sem obrigatoriedade de uma pontuação mínima, no
61 caso da extensão – dependendo da inserção do professor, ele pode, por exemplo, não
62 ter atividade de extensão, mas pode ter muita participação na gestão, no ensino e na
63 pesquisa; é óbvio que a Universidade precisa da extensão e não podemos desconsiderá-
64 la, mas é preciso considerar as especificidades de cada carreira – não deve existir a
65 pontuação mínima somente no caso da extensão, para as outras atividades deve haver
66 uma pontuação mínima a ser cobrada de todos os professores, inclusive na gestão, pois
67 no contexto de um campus em expansão, com todos os problemas que temos, as
68 atividades de gestão devem ser divididas. Prof.^a Liana informou que a minuta foi
69 rediscutida no Depto. de Ciências Sociais, por conta do adiamento no Consu,
70 perguntando se será votado hoje a distribuição dos pontos para a promoção para
71 professor Associado, informando que o Departamento defende agora a pontuação de 30
72 e 30 para ensino e pesquisa e 20 e 20 para gestão acadêmica e extensão. Prof. Daniel V.
73 respondeu que sim, iremos votar, pedindo em seguida esclarecimento à Prof.^a Ana
74 Nemi sobre a proposta dela de não haver o mínimo de pontos só para a extensão. Prof.^a
75 Ana Nemi afirmou que, por especificidades nas fases da carreira ela, por exemplo, só
76 teve atividades de extensão nos últimos anos por conta dos trabalhos na Comissão da
77 Verdade, mas é uma professora bastante ativa e merece ser promovida a professora
78 Associada – claro que se espera que a Comissão faça um julgamento qualitativo como
79 o que se faz na CPPD, mas considera importante que fique explicitada a distribuição
80 dos pontos. Prof. Daniel V. disse que, em seu entendimento não existe, pelo texto da
81 Resolução, um mínimo em nenhum dos quesitos – o professor pode ter nenhum ponto
82 em gestão, ter 75 nos outros e também ser promovido. Disse que havia entendido que o
83 central da nossa proposta, que foi defendida pelo Prof. Odair, é que haveria equilíbrio
84 entre os quatro quesitos. Lembrou então de outro questionamento do Departamento de

85 Ciências Sociais, uma demanda de pontuar especificamente dentro de cada quesito,
86 dizendo que no Consu ficou claro que o critério é qualitativo, depende da banca, o que
87 já foi discutido na Resolução de professor titular. Prof.^a Gabriela Ferreira defendeu a
88 proposta do Departamento de Ciências Sociais e disse que a Prof.^a Ana Nemi mostrou
89 casos de professores que podem ser ótimos sem atividades de extensão, concluindo que
90 é óbvio que os quesitos tenham pesos diferentes, pois o professor não pode ser
91 excelente sem ensino e pesquisa. Prof.^a Cláudia Vóvio informou que o Departamento
92 de Educação ponderou que as atividades de ensino, produção intelectual e extensão
93 deveriam ter pesos iguais, mas defendeu um peso um pouco menor para gestão:
94 fizeram uma conta que não ficou redonda, foram 28 pontos para os primeiros quesitos e
95 16 pontos para gestão. Prof.^a Ana Nemi declarou que de acordo com o que foi dito pelo
96 Prof. Daniel V., tende a fechar com 30, 30, 20 e 20, porque se deixarmos o
97 entendimento do que seja “equilíbrio” por conta da comissão, pode-se considerar que a
98 pessoa que nunca esteve na extensão não atingiu esse equilíbrio, e portanto não pode
99 ser associado – se for isso, considera que a pontuação deve ser alterada para que o fato
100 de não ter atividade de extensão não possa implicar em punição para o professor, pois
101 há muitos casos de professores bastante ativos, que fazem muita coisa, menos
102 atividades de extensão. Prof.^a Liana disse que é importante retomar as especificações
103 da pontuação dentro de cada item – o espírito da proposta é evitar subjetivismos e
104 conflitos entre colegas que serão julgados por critérios desiguais, a depender da banca.
105 Prof. Daniel V. disse que entende esse conflito, mas adiantou que essa discussão
106 ocorreu no Consu e não prosperou muito, pois houve o entendimento de que a banca
107 tem que ter autonomia. Prof.^a Claudia Plens disse que o Departamento de História
108 defendeu pesos iguais, pois entendem que a gestão é bastante importante. Prof. Daniel
109 V. lembrou que nossa proposta para Professor Titular, aprovada pelo Consu, com
110 proporções aprovadas na seguinte ordem: 30, 30, 25 e 15. Reforçou que não há uma
111 pontuação mínima dentro de cada critério, se o professor for muito bom em três
112 critérios sem pontuar em um deles será promovido, não havendo nada que o elimine –
113 esse, inclusive, foi o critério da discussão para tirar a livre-docência, que era uma
114 atividade à parte, pois ela não poderia ter um peso tão grande a ponto de impedir
115 aqueles que não a têm de ascender na carreira. Disse que poderíamos até propor aqui
116 um mínimo dentro de cada quesito, caso fosse o desejo da Congregação, mas que isso
117 realmente não consta da Resolução. Prof. Daniel V. disse que, em sua avaliação, a
118 extensão é tão importante quanto os outros critérios, devido à indissociabilidade da
119 universidade brasileira sustentada pelo o tripé do ensino, pesquisa e extensão e lembrou
120 que muitas atividades que promovemos aqui são de extensão, como por exemplo os
121 eventos que organizamos e atingem o público fora da Universidade. Prof. Daniel V.
122 disse que é preciso fazer a votação, pois não é possível se chegar a um consenso. Prof.^a
123 Claudia Panizzolo falou do histórico de como o Departamento de Educação chegou a
124 esse número: as atividades de ensino, produção intelectual e extensão deverem ter uma
125 pontuação equilibrada, de forma igualitária, pois a maioria dos colegas não chegará a
126 cargos de gestão, que mesmo sendo pouco remunerados, são remunerados – desse

127 modo, propuseram os 28, 28, 28 e 16 pontos, considerando que nem todos terão acesso
128 à gestão, ainda que existam Comissões, que são poucas. Por fim, falou que as duas
129 propostas a serem votadas são os pesos atribuídos a cada critério e se pedimos que haja
130 uma discriminação da pontuação no interior de cada quesito, uma indicação de que isso
131 seja preparado pela Comissão e seja publicizado, pois não é algo que temos condições
132 de fazer agora. Passou a palavra então à Prof.^a Marcia Jacomini, que está na reunião
133 como convidada pela Comissão de Infraestrutura, mas que fez parte da Comissão
134 formada pelo Consu, quando da aprovação da Minuta para professor titular. Prof.^a
135 Marcia J. disse que a questão levantada pelo Departamento de Ciências Sociais é
136 importante, se devemos pontuar dentro daquele quadro. Houve uma longa discussão
137 acerca disso e a conclusão a que se chegou é de que há prós e contras para as duas
138 situações – se o professor pontua dessa forma cada uma das questões, pode-se chegar a
139 impedimentos, em determinadas situações, dele fazer a progressão; estamos falando
140 aqui da principal promoção da carreira docente, no momento em que o salário tem uma
141 mudança significativa. Então, ao fazer-se essas simulações, concluiu-se que talvez o
142 professor possa perder mais se pontuar, e dependendo de como pontua, nesse jogo de
143 disputa de quantos pontos para cada critério do que se for levado para uma avaliação da
144 Comissão. Prof.^a Marcia J. concluiu dizendo que fez essa colocação para que essa
145 Congregação tenha mais elementos para votar naquilo que será levado para o Consu.
146 Prof. Daniel V. agradeceu os esclarecimentos e propôs que se fizesse a votação.
147 Primeiramente, votou-se nos pesos para cada dimensão, sabendo-se que não há um
148 patamar mínimo a ser alcançado – a proposta de pesos iguais (25, 25, 25 e 25) para as
149 atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão teve seis votos favoráveis, a proposta
150 do Departamento de Educação com pesos 28, 28, 28 e 16 teve quatro votos favoráveis
151 e a proposta trazida pelo Departamento de Ciências Sociais dos pesos 30, 30, 20 e 20
152 foi aprovada pela maioria, tendo 15 votos. Houve 6 abstenções. A seguir, votou-se se a
153 pontuação deve ser livre, sem discriminação dentro de cada dimensão, ou se deve ser
154 especificado por cada Congregação qual é a pontuação – essa última proposta foi
155 aprovada pela maioria, com a recomendação de que haja discriminação de valores
156 definidos pelas Congregações de cada unidade universitária. Prof.^a Ana Nemi propôs
157 que se o Consu considerar que deve haver essa discriminação, devemos voltar a
158 discutir o assunto na Congregação. Prof. Daniel V. concordou com tal proposição. O
159 terceiro ponto da pauta: **Indicação dos setores para implantação da jornada**
160 **flexibilizada – 30 horas.** Prof. Daniel V. chamou o representante técnico-
161 administrativo Adriano Araújo, presidente da Comissão das 30 horas da Unifesp, para
162 fazer os esclarecimentos necessários e então abrir para o debate. Adriano Araújo, com
163 a palavra, forneceu um histórico do trabalho da Comissão, que teve início em março de
164 2014 a partir de um estudo de uma Comissão anterior, cujo relatório foi apresentado no
165 Consu que concluiu pela necessidade de uma implementação e uma análise progressiva
166 a partir do funcionamento, porque o que se tinha era pontos de vista contraditórios,
167 então a melhor forma era testar o que funciona e o que não funciona; a partir daí,
168 chegou-se à Comissão de implantação, que é essa atual, com a ideia de se fazer um

169 plano piloto em toda a Universidade para que se consiga avaliar todos os cenários
170 possíveis de acordo com a diversidade que temos. A proposta é constituída por três
171 etapas: uma em que há a previsão de ingresso de setores em cada campus, quando se
172 abre para inscrição para submissão dos setores em cada unidade, a partir dos critérios
173 que a Comissão estabeleceu. Nessas três etapas, havia a previsão dos setores irem
174 dobrando – primeiro entrariam dois, depois quatro, então oito setores. Abre-se um
175 período de inscrição, os setores se organizam, a Comissão avalia se estão aptos ou não
176 e então a Congregação aprecia os processos. Na primeira etapa, em nosso campus, dois
177 setores, de cinco, foram considerados aptos pela Comissão – infelizmente não houve
178 como discutir aqui, foi aprovado *ad referendum* e depois referendado na reunião
179 seguinte pela Congregação. Hoje precisamos tirar quatro setores de cinco – a Divisão
180 de Gestão de Materiais teve mudanças e, nesse momento, não está apta a flexibilizar a
181 jornada, de acordo com os critérios da Comissão: espaço físico, atendimento por doze
182 horas ininterruptas e distribuição de tarefas. A Comissão sempre pede a inserção do
183 ponto de pauta com antecedência para todas as Congregações ou Conselhos e
184 estabelece um prazo para resposta após cinco dias da data da Congregação ordinária.
185 Na reunião ordinária de março não foi possível discutir e não houve extraordinária para
186 debater o assunto. A decisão ficou para abril – os prazos estabelecidos ficaram
187 atrasados, o que aconteceu em todos os *campi*, de modo que o prazo foi estendido para
188 15 de abril – se homologar hoje, estamos aptos a começar nessa data. Prof. Daniel V.
189 agradeceu o relato e disse que tem críticas à forma de condução do trabalho pela
190 Reitoria; apesar da reivindicação ser justa, histórica e contribuir para mais igualdade
191 entre classes, acha que o critério podia ser mais qualitativo, usando a avaliação de
192 resultados institucionais e de desempenho; no Consu, a todo momento destacou-se isso,
193 mas não se vê essa questão ser priorizada na agenda, envolvendo toda questão dos
194 recursos humanos por meio de um planejamento estratégico. Entende que as
195 Congregações têm um papel restrito nesse processo, que é a indicação dos setores. No
196 campus Guarulhos, entretanto, temos a informação de que os setores flexibilizados, que
197 são a Secretaria Acadêmica e o Apoio Pedagógico, estão desempenhando bem o
198 trabalho, embora não tenhamos dados da Pró-Reitoria sobre a avaliação dos resultados
199 até agora. Prof. Bruno Comparato parabenizou os técnicos pela apresentação da
200 proposta que foi feita na reunião do Departamento de Ciências Sociais pelo
201 representante técnico Adriano Araújo e elogiou o cuidado que a Comissão teve para
202 que a jornada flexibilizada seja implantada sem atropelos – pediu então que se
203 esclareça aqui, tal como foi feito na reunião do Departamento, como será a avaliação,
204 pois entende-se que é um projeto piloto, para que a implantação se dê então de forma
205 definitiva. Prof.^a Liana acredita que a aprovação da proposta deve ser condicionada à
206 previsão de uma série de reuniões entre chefias de Departamento e Coordenações de
207 curso com as secretárias, para especificar bem como será o dia-a-dia, o atendimento e a
208 distribuição de tarefas, pois ainda não está muito claro para as chefias e coordenações
209 como é que essa questão das 30 horas vai funcionar na prática. Prof. Daniel V. disse
210 que isso é natural ao processo de organização de qualquer setor de trabalho, tem que

211 haver diálogo entre as partes envolvidas, mas isso não deve ser um impeditivo para
212 votar a proposta. O técnico Adriano Araújo declarou que a Comissão vem ganhando
213 maturidade no desenvolvimento desse processo, há toda uma luta, pois assim como os
214 docentes querem melhorar a carreira, os técnicos também trilham esse caminho. Disse
215 que os técnicos entendem que a implantação progressiva vai apresentar cenários até
216 então desconhecidos, ele próprio tem críticas ao processo, mas a aprovação faz parte
217 dele. Com relação ao que colocou a Prof.^a Liana quanto às chefias, coordenações e
218 servidores, lembrou que se apresenta um novo cenário, de servidores mais motivados e
219 sensíveis a essas novas demandas e que a adaptação ao trabalho precisa ser construída,
220 com os efeitos dessas mudanças sendo geridos. Os técnicos têm uma motivação a mais
221 para fazer dar certo, que são as 30 horas – se der errado, se o setor não conseguir
222 funcionar dessa maneira, volta-se para as 40 horas, o que já está claro na proposta
223 piloto. A conversa com os setores, portanto, será ótima, trará maior clareza. Para a
224 avaliação, disse que a Comissão conta com o apoio, em forma de consultoria, do Prof.
225 Pedro, professor do campus Osasco e da UFABC, que é economista e estuda jornadas
226 de trabalho no mundo – agora vai ser cedido pela Unifesp para fazer um trabalho junto
227 à Prefeitura de São Paulo, mas deixou instrumentos com a Comissão. Os resultados da
228 primeira fase serão apresentados na reunião do Consu do mês de abril e os dados
229 ficarão no site da universidade, para consultas, críticas e sugestões. A avaliação de cada
230 etapa tem um questionário prévio com as chefias, técnicos e público atendido,
231 composto por docentes, discentes, técnicos ou público externo. Há um questionário na
232 primeira etapa e mais questionamentos depois de três meses, para avaliar o que houve
233 de positivo e negativo. Para a primeira etapa, a Comissão tem aproximadamente 500
234 questionários respondidos para 15 setores flexibilizados, com 90 técnicos que tiveram a
235 redução da jornada e o relatório completo será apresentado no Consu. Essas avaliações
236 são feitas no início e após três meses em cada etapa, portanto ao final teremos seis
237 avaliações de cada setor para ver a consistência do projeto piloto, que espera-se, seja
238 implantado em sua totalidade até o final de 2015, pois o cronograma já está atrasado –
239 já devíamos estar discutindo o aprimoramento disso, mas não foi possível devido a esse
240 vai e volta dos processos por parte dos Conselhos e Congregações. Prof.^a Izilda
241 Johanson, com a palavra, disse que gostaria de fazer uma observação, baseada na
242 experiência que temos no campus, com relação à fala do prof. Daniel, de que a
243 conversa é algo “natural” no processo – já temos o Apoio Pedagógico com jornada
244 flexibilizada, mas todo o processo de estruturação do setor foi feito, segundo ela, sem
245 que as coordenações de curso, que mais trabalham diretamente com os técnicos do
246 Apoio Pedagógico, fossem chamadas para discutir e conversar sobre como seria
247 implementado esse processo. Disse que uma vez perguntou ao técnico Wellington V. se
248 eles, técnicos do Apoio Pedagógico, iriam conversar com as coordenadoras sobre as 30
249 horas, e ele respondeu que o prof. Daniel iria comunicar às coordenações o que já tinha
250 ficado decidido sobre isso. Até hoje não há um entendimento de que como o trabalho
251 aconteceu, então a experiência mostra que natural não foi. Seguiu dizendo que as
252 coordenações e os técnicos têm trabalhos muito vinculados, mas quem chefia o Apoio é

253 uma professora que sequer tem contato com as coordenadoras, não tem contato com a
254 Câmara, de modo que a conversa deve, sim, ser uma condicionante. No processo de
255 avaliação, os técnicos serão avaliados pelo público e por essa chefia, não pelas
256 coordenadoras. Concluiu dizendo que as coordenações ficam alijadas do processo,
257 quando devem ter mais importância dentro dele e participar das avaliações dos técnicos
258 e dos processos decisórios. Prof. Daniel V. informou que tem registrados e-mails com
259 diversas tentativas de conversar com a coordenação da Câmara de Graduação sobre o
260 assunto e que isso não foi possível, além de um comunicado enviado a todas
261 coordenações, com abertura para participação na construção do processo. Explicou
262 ainda que são setores vinculados à Direção Acadêmica, que houve reuniões com as
263 equipes para elaborar planos de trabalho, colocando objetivos e metas institucionais
264 para implantar a flexibilização. Prof.^a Samira Osman disse que não concorda que as
265 coordenações foram chamadas a conversar sobre o assunto. Prof. Daniel V. disse que
266 tem tudo documentado e que, se for preciso, pode resgatar todo o histórico. Reafirmou
267 que é fundamental os setores se reorganizaram internamente – agora, por exemplo, as
268 secretarias dos Departamentos, que são vinculadas aos chefes, devem sentar para
269 conversar porque fazem parte do mesmo setor. O Prof. Daniel lembrou também que o
270 Regimento da Prograd indica que a Secretaria Acadêmica é ligada à Câmara de
271 Graduação – mas em nosso campus, no processo de elaboração do Regimento Interno
272 do campus, a pedido das coordenações de cursos, o setor ficou ligado,
273 temporariamente, à Direção Acadêmica. Estamos dispostos a rediscutir isso a qualquer
274 momento e fazer essa mudança, que é regimental. Prof.^a Izilda pediu ao Prof. Daniel V.
275 que apresente à Congregação a documentação, mensagens e convocações que
276 comprovem o que ele diz, ou seja, que comprovem que ele chamou de fato as
277 coordenadoras para discutir o processo da implementação das 30 horas no Apoio
278 Pedagógico. Ela explicou ainda que, diante da proposta de que a coordenação da
279 Câmara de Graduação chefiasse o setor do Apoio Pedagógico, as coordenadoras e
280 membros da Câmara se opuseram a isso devido ao fato de ser o mandato das
281 coordenações de curso de dois anos e o da Coordenação da Câmara de um ano e que,
282 portanto, se a chefia do Apoio Pedagógico ficasse a cargo da coordenação da Câmara
283 de Graduação esse setor da EFLCH teria um chefe diferente a cada ano, o que,
284 obviamente seria, no entender das coordenadoras e membros da Câmara de Graduação
285 da EFLCH, totalmente contraproducente. Declarou ainda que não se trata de modificar
286 o regimento interno da EFLCH, mas tão somente de concordar que os servidores mais
287 diretamente envolvidos no trabalho do Apoio Pedagógico, que são as coordenações de
288 curso de graduação, sejam incluídas entre os membros que participarão do processo de
289 avaliação da implementação da jornada de 30 horas do referido setor. Prof. Alexandre
290 Carrasco perguntou se a Comissão das 30 horas continua seu trabalho e se ela lidera o
291 processo de avaliação. Prof.^a Claudia Panizzolo disse que a secretária do Departamento
292 de Educação, Simone Souza, deu os esclarecimentos necessários e que apesar do
293 Departamento apoiar a flexibilização, entender a demanda e reconhecer o trabalho,
294 entende que a avaliação deve ser compartilhada, para saberem o que está dando certo,

295 quais são as fragilidades – precisamos sim ter muito diálogo e tudo deve ser bem
296 acordado e documentado entre as chefias e as secretárias. O representante técnico
297 Wellington V. disse que a flexibilização do setor é um processo de adaptação e que há
298 uma avaliação durante esse processo. Ele acredita que houve um ruído na comunicação
299 de parte a parte, pois se o setor não divulgou devidamente a avaliação, também não
300 houve o movimento das coordenadoras de curso para falar com o Apoio Pedagógico. O
301 público inicial são as coordenadoras, os demais docentes e os alunos, mas somente
302 preencheram os questionários seis alunos e duas coordenadoras. Apesar da aprovação
303 *ad referendum*, devido às interrupções das reuniões à época, houve também um
304 informe dos técnicos para as coordenações chamando à participação, também
305 documentado. Reconheceu que no momento da avaliação não houve adesão e citou
306 uma fala da Prof.^a Francine Weiss, de que é preciso haver a quebra da barreira entre
307 técnico administrativo e docente, já que ambos são servidores. Finalizou dizendo que o
308 pessoal do Apoio Pedagógico está a postos para ouvir e melhorar o trabalho. A
309 representante dos técnicos Cristiane Shirayama disse que a conquista das 30 horas
310 reconfigura o trabalho e representa uma melhoria de carreira, um tempo livre que se
311 pode usar para estudar, por exemplo – os técnicos participam de muitas Comissões,
312 mas não ganham nada a mais; mesmo o que as chefias ganham é irrisório. Prof.^a Liana
313 disse que, no Conselho de Departamento, não houve tempo de detalhar como seria a
314 metodologia da avaliação, que deve ficar clara – o número de questionários citado pelo
315 Wellington chega a assustar, pois no universo do que é a EFLCH não é representativo,
316 sendo necessário haver um ajuste. O representante técnico Adriano Araújo disse que as
317 secretarias acadêmicas, em vários *campi*, exceto no campus São Paulo, já estão com a
318 jornada flexibilizada, bem como os setores de TI – só em Guarulhos ainda não. A
319 chefia imediata do Apoio Pedagógico é a Prof.^a Marieta e na ausência dela, o Prof.
320 Daniel, portanto ela é que deveria responder aos questionários das chefias, os demais
321 poderão fazer a avaliação como usuários do serviço. Ele sugeriu ainda que, se for de
322 interesse dessa Congregação escrever um documento contendo sugestões para a
323 Comissão, o mesmo será bem-vindo, pois o objetivo é aprimorar o trabalho. Com
324 relação ao condicionamento, crê que em todos os setores haja alguns e isso precisa
325 estar no processo – as secretárias dos cursos, por exemplo, com certeza estão dispostas
326 a debater o assunto. Prof. Daniel V. reiterou que isso não é impeditivo para votar,
327 pode-se fazer consulta à Pró-Pessoas; pediu que os setores enviem seus
328 questionamentos para serem encaminhados à Pró-Pessoas, pois é importante esse
329 debate interno, mas é a instância competente que deve nos responder, nesse momento
330 não é possível aprofundar tanto o debate. Prof. Daniel V. colocou em votação a
331 confirmação, para a jornada flexibilizada, dos setores de Divisão da Tecnologia da
332 Informação/Setor de Eventos e Audiovisual, Núcleo de Apoio ao Estudante, Biblioteca
333 EFLCH e Secretaria de Departamentos (Ciências Sociais, Educação, História, Filosofia
334 e Letras) e a mesma foi aprovada com uma abstenção. O quarto ponto de pauta:
335 **Aprovação do Projeto de ocupação das instalações da unidade Pimentas.** Prof.^a
336 Liana de Paula apresentou uma questão de ordem, a saber, a leitura de uma carta do

337 Departamento de Ciências Sociais (anexa) em que se pede a suspensão desse ponto de
338 pauta e que na próxima reunião da Congregação sejam discutidos os critérios, para
339 então debater a ocupação dos espaços. Prof. Daniel V. disse que há entendimento de
340 que precisa votar o ponto; caso a votação seja suspensa, que fique claro que haverá um
341 ônus, que é o atraso nos cronogramas. Prof. Bruno Comparato perguntou à
342 Congregação se há interesse em manter o projeto original de um campus de Humanas
343 que mantenha o diálogo entre as instâncias; no entendimento dele, há nessa proposta
344 uma desigualdade. Estamos de mudança para uma nova casa: qual será o contrato
345 social que vamos estabelecer nessa nova casa? É uma instalação definitiva, não
346 provisória como o que foi aqui no Torricelli. Prof.^a Liana disse que gostaria de saber se
347 há um documento da Proplan que diga que se demorarmos para aprovar quais serão as
348 consequências, qual é o prazo, etc. Importante esclarecer com a Proplan qual é
349 realmente o impacto em termos de cronograma. Prof. Daniel V. lembrou que o Pró-
350 Reitor Adjunto da Proplan esteve na reunião da Congregação de dezembro passado e,
351 reafirmando a importância da deliberação desse ponto ainda naquela reunião. Contudo,
352 o prof. Daniel V. admitiu que não há uma comunicação formal da ProPlan sobre prazos
353 e cronogramas para a reforma. A profa. Liana solicitou ao prof. Daniel que faça uma
354 consulta formal à ProPlan sobre essa questão, e ele concordou. Prof. Alexandre
355 Carrasco elogiou os trabalhos do Arq. Pedro Rossetto e da Comissão, considerando que
356 sempre agiram com a maior boa fé, mas complementou o pedido do Depto. de Ciências
357 Sociais no sentido de amadurecer as discussões. Prof.^a Gabriela também parabenizou a
358 Comissão, mas disse que o que está em questão é que houve um desvio de rota, o
359 processo foi atropelado e que deveria ter acontecido uma discussão do critério da
360 distribuição dos espaços; apoia a demanda do Departamento de Ciências Sociais e acha
361 que é tempo de corrigirmos isso. O servidor Wellington V. informou que o Cotag se
362 reuniu para discutir e que os técnicos também parabenizam o trabalho da Comissão,
363 mas questionam a alocação do setor de Almoxarifado – e entregou carta da Divisão de
364 Gestão de Materiais solicitando que seja reavaliada a localização das seções de
365 Almoxarifado e Patrimônio. Seguiu lembrando que em dezembro passado já foi dito
366 que a discussão seria feita em outro momento. Crê que a suspensão desse ponto de
367 pauta poderia permitir uma discussão mais aprofundada. Prof. Cássio declarou que o
368 Departamento de História da Arte não teve representação adequada na discussão com a
369 Comissão, devido ao recesso, por isso entende que a chefia tem poucas informações –
370 vê-se que a distribuição dos espaços não é igualitária e se o Departamento de Ciências
371 Sociais não se sente confortável acha que deve-se discutir o critério, pois não há
372 nenhuma valoração que substitua a proporcionalidade. Prof.^a Izilda disse que não está
373 em questão a transparência do projeto, mas o tempo não foi suficiente para se obterem
374 as informações necessárias e perguntou se seria possível aprovar e tocar a licitação ao
375 mesmo tempo em que se vai discutindo. O Arq. Pedro Rossetto respondeu que sim.
376 Prof.^a Marcia Jacomini, convidada para a reunião por ser membro da CEFIAI, disse
377 que estabelecer critérios para a distribuição espacial que *a priori* sabemos ser
378 insuficiente é complicado – se a Congregação tivesse definido critérios em dezembro

379 estaríamos na mesma situação, ou ainda pior. Defendeu a votação do que já foi
380 produzido pela CEFIAI com a perspectiva de que, acima dos Departamentos, somos
381 uma Escola. Prof. Daniel V. disse, a partir da fala da Prof.^a Izilda, que é possível
382 aprovar a infraestrutura, os desenhos de todos os espaços físicos de todas as instalações
383 existentes, sem a distribuição interna dos espaços de pesquisa. Prof.^a Angela perguntou
384 se é possível separar a votação edifício a edifício e o Arq. Pedro explicou que não é
385 possível desvincular. Prof. Daniel V. propôs o desmembramento do ponto de pauta em
386 (a) discussão da planta física do campus e (b) distribuição dos espaços do campus, o
387 que foi aprovado pela Congregação. O Arq. Pedro fez a apresentação da proposta da
388 planta física do campus. Após a apresentação, o Prof. Daniel V. pediu a aprovação das
389 alterações, em seu conjunto, de toda a parte que necessita de obra na estrutura física de
390 todos os espaços existentes (pequenos ajustes no novo Prédio, reforma do Arco, Anexo
391 e ex-prédio Administrativo), já que são essencialmente técnicas. Prof.^a Rita Faleiros
392 parabenizou o Arq. Pedro pelo trabalho, mas fez uma ressalva: a realocação dos
393 espaços de gestão não foi objeto de nenhuma deliberação e a distribuição deles ainda
394 não foi discutida da forma como as chefias desejam – portanto, não se sente à vontade
395 para aprovar. Prof. Daniel V. disse que se é uma demanda, será alocada em um espaço
396 já existente que ficará em aberto, propondo a aprovação das alterações na parte física
397 das instalações do novo prédio e do Arco, para então passar à apreciação da ocupação
398 dos espaços pendentes desta definição, como foi proposto pela Direção na reunião de
399 dezembro. As alterações foram aprovadas, tendo 2 votos contrários e 4 abstenções.
400 Após a votação das alterações na planta física, a Prof.^a Liana retomou a solicitação de
401 votação da questão de ordem do Departamento de Ciências Sociais, referente à
402 distribuição dos espaços do campus. A questão de ordem foi posta em votação e
403 aprovada por unanimidade. Quanto aos encaminhamentos para definição de critérios de
404 distribuição dos espaços por parte da Congregação, o Prof. Daniel V. propôs que esse
405 ponto fosse discutido e aprovado em uma próxima reunião. Prof.^a Rita disse que, em
406 seu entendimento, o assunto não pode ser ponto de pauta de uma reunião, mas ser
407 objeto de uma extraordinária com pauta única. O representante técnico Adriano Araújo
408 disse que esse vai e volta dos Departamentos está desgastando o arquiteto e que há que
409 se haver uma unidade. Acrescentou que a CEFIAI parece não ter a confiança da
410 Congregação, instância que deveria definir os critérios e que concorda com a reunião
411 extraordinária. Prof. Daniel V. disse que os problemas não são mais técnicos e sim
412 políticos e acadêmicos, propondo que os critérios sejam aprovados na Congregação,
413 após discussão com professores, técnicos e estudantes nas suas instâncias. Sendo assim,
414 esta definição será retomada em sessão extraordinária no mês de maio, com o
415 compromisso de que os representantes das diversas instâncias tragam o resultado
416 dessas discussões para a reunião. O ponto seguinte: **Aprovação das Diretrizes Gerais
417 para elaboração dos Regimentos das Câmaras de Graduação da Unifesp** não pôde
418 ser discutido devido ao avançado da hora. O sétimo ponto da pauta: **Abertura de
419 concurso docente para os Departamentos de Educação e de Letras** foi aprovado por
420 unanimidade. O oitavo ponto da pauta: **Indicação de representante para o Conselho**

421 **Administrativo do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.** A Congregação indicou
422 o Prof. Henrique Parra, do Departamento de Ciências Sociais – caso ele não aceite, será
423 submetido um outro nome à apreciação pela Congregação. O último ponto da pauta:
424 **Alteração do Regimento Interno do Campus Guarulhos - Alteração do**
425 **parágrafo 2º do Artigo 19.** Prof. Daniel V. disse que não enxergava necessidade de
426 mudança no regimento do Campus, mas propõe a criação de um GT para rediscuti-lo
427 como um todo, acrescentando que será feito um Edital para renovação das Comissões
428 no campus, em que serão incluídas as vagas discentes. O representante discente Carlos
429 Alberto perguntou como seria possível alterar o Regimento Interno dos Departamentos
430 para que seja garantida a participação de 15% de alunos nos Conselhos e Prof. Daniel
431 V. disse que os Departamentos têm que se adequar, já que se trata de legislação
432 nacional. Passou-se, então, aos informes, principiando pela boa notícia da assinatura do
433 Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Guarulhos, o que
434 sinaliza para uma relação mais forte entre universidade e município e abre várias
435 iniciativas que estavam represadas. O informe seguinte foi sobre a unidade dos
436 Pimentas, com melhoria das ações de segurança, advinda de ações junto às instâncias
437 municipal e estadual, além das lideranças do bairro. Prof. Daniel V. informou da
438 possibilidade atual dos docentes poderem enviar e-mail aos estudantes de sua turma via
439 Pasta Verde, um avanço tecnológico sem dúvida muito importante. Informou, por fim,
440 uma nota de pesar pelo falecimento do estudante Tiago José Aparecido Cerqueira, do
441 curso de Filosofia, destacando ações do NAE sobre perdas e lutos, iniciando com uma
442 roda de conversa sobre esse tema promovida pelo NAE (folder anexo). Reiterou que,
443 na próxima reunião da Congregação, o NAE fará apresentação do Plano de Trabalho do
444 setor. Informou também que o caso de agressão física ocorrida no campus está sendo
445 tratado pela PRAE. Quanto à greve dos estudantes, disse que a Direção Acadêmica e a
446 Reitoria apresentaram resposta à pauta e aguardam agora a resposta do movimento
447 estudantil. Lembrou que haveria mais uma Audiência Pública na segunda-feira
448 seguinte, cuja data não foi aceita pelos estudantes e que tanto a reitoria como a direção
449 acadêmica se mantêm disponíveis para o debate com os estudantes visando a
450 normalização das atividades do campus. Houve, então, um rápido debate sobre os
451 cenários da greve e a reunião foi encerrada. Eu, Alessandra Fernandes, secretária da
452 Congregação, lavrei esta ata.